

**PODER LOCAL E MODERNIZAÇÃO: A CONTRIBUIÇÃO DE LEAL E QUEIROZ  
PARA A SOCIOLOGIA POLÍTICA BRASILEIRA**

**PODER LOCAL Y MODERNIZACIÓN: LA CONTRIBUCIÓN DE LEAL Y QUEIROZ A  
LA SOCIOLOGÍA POLÍTICA BRASILEÑA**

**LOCAL POWER AND MODERNIZATION: THE CONTRIBUTION OF LEAL AND  
QUEIROZ TO BRAZILIAN POLITICAL SOCIOLOGY**



Bruno CAMARGOS<sup>1</sup>  
e-mail: bruno.camargos23@gmail.com

**Como referenciar este artigo:**

CAMARGOS, B. Poder local e modernização: a contribuição de Leal e Queiroz para a sociologia política brasileira. **Rev. Sem Aspas**, Araraquara, v. 13, n. 00, e024007, 2024. e-ISSN: 2358-4238. DOI: <https://doi.org/10.29373/sas.v13i00.19760>



- | Submetido em: 17/10/2024  
| Revisões requeridas em: 19/11/2024  
| Aprovado em: 21/11/2024  
| Publicado em: 10/12/2024

---

<sup>1</sup> Universidade de Brasília (UnB), Brasília – DF – Brasil. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Mestre em Sociologia.

**RESUMO:** Este artigo analisa duas obras clássicas da literatura sociológica brasileira sobre o poder local: “Coronelismo, Enxada e Voto” (1949) de Victor Nunes Leal e “Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios” (1976) de Maria Isaura Pereira de Queiroz. A partir da análise desses ensaios e de suas revisões críticas selecionadas previamente, buscou-se discutir os distanciamentos e as aproximações da discussão destes autores sobre o poder local ao longo da história brasileira, assim como os limites e as possibilidades de sua contribuição para a discussão sociológica sobre o poder local contemporâneo. Foi observado que essas obras oferecem um arcabouço teórico-metodológico sólido para a compreensão do poder político local, fundamentado na perspectiva da totalidade. No entanto, diante das transformações sociais, urbanas e midiáticas recentes, há necessidade de recontextualizar e revisar criticamente esses estudos clássicos para melhor abordar as questões contemporâneas relacionadas ao poder local no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Poder local. Política municipal. Victor Nunes Leal. Maria Isaura Pereira de Queiroz. Sociologia brasileira.

**RESUMEN:** *Este artículo analiza las obras clásicas de la literatura sociológica brasileña sobre el poder local: "Coronelismo, Enxada e Voto" (1949) de Victor Nunes Leal y "Mandonismo local na vida política brasileira e otros ensaios" (1976) de Maria Isaura Pereira de Queiroz. A partir del análisis de estos ensayos y de sus revisiones críticas previamente seleccionadas, se buscó discutir los distanciamientos y las aproximaciones en la discusión de estos autores sobre el poder local a lo largo de la historia brasileña, así como los límites y las posibilidades de su contribución a la discusión sociológica sobre el poder local contemporáneo. Se observó que estas obras ofrecen un marco teórico-metodológico sólido para la comprensión del poder político local, fundamentado en la perspectiva de la totalidad. Sin embargo, frente a las recientes transformaciones sociales, urbanas y mediáticas, es necesario recontextualizar y revisar críticamente estos estudios clásicos para abordar mejor las cuestiones contemporáneas relacionadas con el poder local en Brasil.*

**PALABRAS CLAVE:** Poder local. Política municipal. Victor Nunes Leal. Maria Isaura Pereira de Queiroz. Sociología brasileña.

**ABSTRACT:** *This article analyzes two classic works of Brazilian sociological literature on local power: “Coronelismo, Enxada e Voto” (1949) by Victor Nunes Leal and “Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios” (1976) by Maria Isaura Pereira de Queiroz. Based on the analysis of these essays and their previously selected critical reviews, this study aims to discuss the divergences and convergences in these authors' views on local power throughout Brazilian history, as well as the limits and possibilities of their contributions to contemporary sociological discussions on local power. It was observed that these works offer a solid theoretical and methodological framework for understanding local political power, grounded in the perspective of totality. However, given recent social, urban, and media transformations, there is a need to recontextualize and critically review these classic studies to better address contemporary issues related to local power in Brazil.*

**KEYWORDS:** Local power. Municipal politics. Victor Nunes Leal. Maria Isaura Pereira de Queiroz. Brazilian sociology.



## Introdução

Este trabalho empreende um mapeamento do debate sociológico acerca do poder político local a partir de duas obras clássicas da literatura brasileira: “*Coronelismo, Enxada e Voto*” (1949), do jurista mineiro Victor Nunes Leal, e “*Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*” (1976), da socióloga paulista Maria Isaura Pereira de Queiroz. Com isso, intenta-se estabelecer um diálogo entre as abordagens destes autores acerca dessa problemática e avaliar sua contribuição teórico-metodológica para os estudos sociológicos empíricos sobre o poder local no contexto do Brasil urbanizado. O que motiva esta pesquisa é a carência, apesar da relevância, de estudos sobre essa temática, tanto no que se refere ao poder local enquanto poder municipal, uma vez que a Constituição de 1988 delega aos municípios grande parte da responsabilidade pela oferta dos serviços básicos e pela implementação das políticas públicas; quanto ao poder local enquanto base estruturada e estruturante de mobilização política, onde se constroem subjetividades e lideranças políticas a partir da interação entre tendências culturais globais e idiossincrasias de estratos sociais delimitados espacialmente.

A retomada dos estudos de Leal e Queiroz não se dá por acaso, nem apenas por se tratar de literaturas clássicas para a discussão do poder político local, mas porque ambos informam uma perspectiva metodológica centrada na totalidade ao tratar de um fenômeno social específico, isto é, o coronelismo, evitando polarizações analíticas (Carvalho, 1980; Botelho, 2007). Em Leal, o coronelismo é analisado a partir da combinação entre o arranjo político-institucional federalista da Primeira República e a estrutura social e econômica predominantemente agrária (Carvalho, 1997; Marino; Pereira, 2020); enquanto em Queiroz, o fenômeno é avaliado desde a articulação entre a estrutura social e econômica e os sentidos normativos que os agentes sociais empregam às suas práticas políticas (Botelho; Carvalho, 2011). Quando considerados em conjunto, estes trabalhos apontam um caminho metodológico profícuo para a investigação sociológica dos fenômenos políticos locais a partir de sua consideração como produtos da combinação entre arranjo político-institucional, configuração social e econômica e normatividade que sustenta as práticas sociais dos indivíduos, sem que qualquer desses elementos sejam entendidos como dispensáveis ou como faces de antagonismos irreconciliáveis.

Os impactos da urbanização, das mudanças institucionais e do desenvolvimento dos meios de comunicação e da cultura de massa, observados no Brasil ao longo das últimas cinco décadas (Kerbauy, 2016), tornam imperativa a contextualização desses estudos, bem como uma



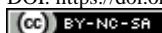
revisão da literatura sobre os autores e a temática em questão. Isso é necessário para compreender as possibilidades e os limites da aplicação do instrumento metodológico acima mencionado diante das novas questões que se apresentam ao poder político local no Brasil contemporâneo. Dessa forma, este artigo propõe discutir as seguintes questões: quais são as afinidades e os pontos de divergência nas discussões desenvolvidas por Leal e Queiroz? Quais são os limites e as possibilidades de suas contribuições para a análise sociológica do poder local na Nova República?

Essas problemáticas são discutidas neste artigo a partir de um estudo sociológico fundamentado na leitura de uma bibliografia levantada previamente, que consiste nos escritos de Victor Nunes Leal (1949; 1980) e de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976), nos artigos que revisaram criticamente a obra desses autores (Bôas, 2014; Botelho, 2007; Botelho; Carvalho, 2011; Brasil Jr.; Botelho, 2016; Limongi, 2012; Marino; Pereira, 2020; Ortiz, 2020) e nos artigos sobre “poder local”, “poder municipal”, “mandonismo”, “coronelismo” e “clientelismo” (Borges, 2010; Braga *et al.*, 2013; Carvalho, 1997; Dombrowski, 2008; Lopez, 2004; Lopez; Almeida, 2017; Ottmann, 2006; Santos, 2013). Todos publicados nos periódicos científicos de ciências sociais indexados na plataforma SciELO.

Na primeira parte deste artigo, busca-se apresentar sumamente os ensaios “*Coronelismo, Enxada e Voto*” (1949) e “*Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*” (1976), assim como compará-los a fim de explorar suas aproximações e distanciamentos teóricos, de modo que seja possível compreender o contexto sociopolítico com o qual Leal e Queiroz dialogam. E, na segunda parte, apoiando-se na literatura revisada, exploraremos os limites e as possíveis contribuições desses ensaios para a agenda sociológica contemporânea sobre o poder local.

## O coronelismo de Leal e Queiroz

Victor Nunes Leal e Maria Isaura Pereira de Queiroz discutiram o poder político local na ocasião de redemocratização do Brasil após os anos de autoritarismo do Estado Novo. Leal o fez em 1948, com a construção da tese intitulada “*O município e o regime representativo no Brasil: contribuição ao estudo do coronelismo*”, apresentada no concurso para a cadeira de Ciência Política da Faculdade Nacional de Filosofia, que ele ocupava interinamente desde 1943. Sendo um jurista, sua preocupação privilegiada foi a autonomia administrativa, política e financeira dos municípios no momento de mudança constitucional que marcava o país. Por



outro lado, em Queiroz, a questão do poder local compõe uma agenda de pesquisas apresentada pela primeira vez no I Congresso Brasileiro de Sociologia, em 1954. Documentada nos anais do evento sob o título “*Contribuição para o Estudo da Sociologia Política no Brasil*”, sua exposição reivindica um programa de pesquisa sociológica sobre os fenômenos políticos brasileiros, que os compreendam como produtos da totalidade social, influentes e influenciados pelos outros setores da vida social, e que tenham como objeto o passado político brasileiro, a fim de possibilitar a construção de um pano de fundo para os estudos políticos sobre o presente.

Para isso, o *locus* privilegiado de investigação deveria ser o município, considerado o núcleo de desenvolvimento da política brasileira desde a colônia. Um dos produtos desse ambicioso projeto foi o ensaio “*Mandonismo local na vida política brasileira*”, publicado em 1969. Além da convergência em relação ao período em que estes autores escreveram, destaca-se que tanto Leal quanto Queiroz, nas obras acima citadas, recorrem à análise histórica para enfatizar o que seria para eles o elemento constante da política brasileira: o amesquinamento da autonomia municipal e o mandonismo local, respectivamente.

A avaliação histórica que Leal apresenta, discute as ampliações e restrições da autonomia municipal no Brasil. Segundo ele, nos primeiros anos coloniais as câmaras municipais foram dominadas pelos senhores rurais e respondiam por todos os assuntos de ordem local, não havendo separação dos poderes em função legislativa, executiva e judiciária. Então, os latifundiários dispunham de funções públicas de qualquer natureza, limitadas pela definição confusa de suas atribuições. Apesar das câmaras serem subordinadas à Metrópole, o poder de suas autoridades era onipotente e se utilizava das câmaras para empreender atos legais e extralegais no território.

A partir da metade do século XVII, essa situação começa a ser modificada paulatinamente, em grande medida por conta da divergência entre os interesses dos colonizadores e dos colonos que se intensificou com o desenvolvimento da economia colonial. Então, a Metrópole passou a afirmar a autoridade estatal contra a autoridade dos patriarcas, iniciando um “processo de vitalização da autoridade pública e decadência do poder privado” (Leal, 2012, p. 83), assim como das câmaras municipais, acelerado ao longo do século XIX.

Durante o Império, a autonomia municipal foi sacrificada em favor do fortalecimento das províncias diante do Governo Geral. Os presidentes de província, por sua vez, continuaram sendo protagonistas do cenário provincial, tendo como função política mais importante “garantir a vitória eleitoral dos candidatos apoiados pelo governo [poder central]” (p. 89). Na Primeira República, a fraqueza dos municípios foi mantida, apesar da vitória da tendência



federalista. A discussão sobre a autonomia municipal foi interessante aos constituintes de 1890, mas as exigências imprecisas da Constituição federal deixaram os Estados à vontade para regular sobre essa questão, que rapidamente alteraram suas constituições de modo a reduzir a autonomia dos municípios.

Dessa forma, os governos Estaduais passaram a tutelar as comunas de acordo com o interesse político dos legisladores na concentração de poder pelo Estado. Esta concentração era interessante aos governos estaduais por razões eleitoreiras. O antigo presidente de província, nomeado pelo Imperador, tornou-se governador de Estado, investido por eleição. Neste cenário, entra em cena o sistema coronelista, pois os chefes políticos locais controlavam maços de votos de cabresto.

Antes de pormenorizar o conceito de coronelismo, é importante mencionar que Queiroz (1976) diverge com Leal em relação ao enfraquecimento do poder dos senhores rurais diante do fortalecimento do poder público central. Seu argumento é de que o mandonismo local concorreu, em todos os períodos históricos do Brasil, com o poder central, mas sempre se afirmou como o poder mais forte. O poder central, durante a colônia, nunca conseguiu se instalar plenamente; no Império, ele se entrelaçou com o mandonismo no amálgama localismo-centralismo; e, na Primeira República, ele se afirmou enquanto poder independente do mandonismo, mas não pôde prescindir desse para atuar, fundando o coronelismo.

Assim como Leal, ela afirma que, nos primeiros anos de colonização, os proprietários rurais exerciam inteira autoridade sobre o território colonial. No entanto, contra a abordagem de Leal, ela pondera que as medidas rígidas e severas adotadas pela Metrópole contra os latifundiários não foram eficazes contra seu poder durante o período colonial e afirma que houve um aumento de poder dos senhores rurais durante o Império, ultrapassando os limites locais da administração e alcançando as províncias e o próprio Império por meio dos “políticos profissionais”. Na primeira república, governo e proprietários rurais, agora chamados de coronéis, continuaram sendo sinônimos, com a diferença de que não eram mais os senhores de engenho do nordeste e os cafeicultores fluminenses que formavam a elite política, mas os latifundiários paulistas. Para sustentar esse cenário, o governo da República se apoiava no governismo - ou coronelismo.

O que se deduz dessas trajetórias é que o coronelismo não surge por acaso. É um fenômeno que se baseia em estruturas sociais constituídas ao longo de vários séculos, em especial o mandonismo, cujo efeito sistêmico foi o enfraquecimento da autonomia municipal. Nesse sentido, o enfraquecimento das câmaras não necessariamente significa fraqueza do poder



privado em relação ao poder público central. Além disso, dizer que o mandonismo foi um fenômeno constante na vida política brasileira não significa dizer que a concentração do poder político nas mãos dos latifundiários se manteve durante a história de forma estável.

Conforme argumenta Queiroz (1976, p. 22), a força econômica representava o esteio da política e, então, na medida em que esta força se deslocava no tempo e no espaço em razão da “ascensão de diferentes produtos e de diferentes zonas”, a elite política se renovou, caracterizando períodos de desajustamento e crise que logo se acomodava quando o governo passava às mãos dos representantes da zona econômica mais próspera. De acordo com esta tese, o arranjo político da Primeira República foi resultado das demandas dos fazendeiros do Oeste Paulista. Esse sistema combinou a ampliação dos quadros eleitorais e a manutenção do modelo de exploração agrícola colonial, gestando um cenário em que grande parte dos eleitores estavam dependentes dos fazendeiros para sobreviver. Nesse sentido, o sufrágio “universal” teve como efeito o aumento do número de eleitores rurais às ordens do mandão político. Daí a célebre definição de Leal (2012), segundo a qual o coronelismo é um sistema de poder que tem origem na combinação inadequada do regime representativo sobre uma estrutura econômica agrária.

De forma geral, o coronelismo descrito por Leal (2012) configura-se como um sistema de “governismo”, nos termos de Queiroz (1976), que articula a relação entre o coronel, o governador de Estado e o Presidente da República. Por um lado, se eram os fazendeiros que decidiam o resultado das eleições, os presidentes de Estado e os deputados necessitavam cortejá-los; no plano nacional, o mesmo ocorria na relação do Presidente da República com os presidentes de Estado. Por outro lado, de fato, a dependência dos municípios em relação aos Estados aumentou, pois o governo estadual possuía o “cofre das graças [para os favorecimentos] e o poder da desgraça [para as perseguições]” (Leal, 2012, p. 63). Então, os fazendeiros necessitavam cortejar os presidentes de Estado.

Tendo em vista o desconforto de ter o governo estadual como oposição, as guerras travadas entre os chefes locais no município disputavam a preferência do governo do Estado. Queiroz (1976) argumenta que esse sistema permitiu aos fazendeiros do Oeste Paulista exercerem domínio sobre a política nacional, uma vez que gerou a necessidade de os municípios estarem em harmonia com o governo estadual para que os chefes políticos eleitos para as câmaras municipais e assembleias legislativas tivessem seus pleitos reconhecidos. De forma similar, o governo estadual precisava estar alinhado com o Presidente da República para que seus representantes federais (deputados e senadores) fossem devidamente diplomados.

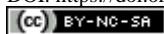


Em caso de desacordo entre os governos, os pleitos eram anulados. Como se observa, o governo estadual era responsável por equilibrar as forças dos chefes políticos municipais e do governo central. Para isso, os governadores, por um lado, apoiavam os chefes políticos municipais mais fortes, vitoriosos, e, por outro lado, apoiavam constantemente o governo central. Mas por quê foram especificamente os fazendeiros de São Paulo e seus aliados que alcançaram o topo deste sistema de poder? Segundo Queiroz (1976), a máquina administrativa foi tomada pelos representantes das lavouras cafeeiras porque nelas se concentrou, neste período, a maior riqueza e, consequentemente, a maior densidade demográfica do país. Em suas palavras, “toda a vida nacional girava em torno do café porque o café era a riqueza nacional” (*idem*, p. 131). Por isso, por meio do governismo, mesmo nos menores municípios do Norte, só eram eleitos simpatizantes dos paulistas.

É necessário ainda responder quais eram os interesses de Leal e Queiroz ao discutir o poder local na Primeira República. Quanto a essa questão, destaca-se, no plano cognitivo, o interesse em compreender o caráter conservador da modernização brasileira (Botelho; Carvalho, 2011); e, no plano político, o anseio por uma efetiva democratização do país naquele momento de transição do rural ao urbano. A “democratização”, em Leal, é entendida como sinônimo da eliminação da estrutura social agrária, para a qual a industrialização e a urbanização se apresentaram como etapas necessárias, atuando como elementos de desintegração do mandonismo e, consequentemente, do coronelismo, em prol de um federalismo adequado.

Leal (2012) considera que o sistema coronelista foi sendo enfraquecido paulatinamente a partir dos processos de urbanização e industrialização do Brasil, acompanhados por mudanças políticas evidenciadas pelo declínio da influência governista nas eleições estaduais e pela execução do Código Eleitoral de 1932. A Constituição de 1946, por sua vez, atuou nesse mesmo sentido, contudo diversos aspectos deste ordenamento jurídico preocupavam o autor em relação a um possível retorno do sistema de tutela municipal. Somado a estes, a pobreza do povo, especialmente dos camponeses, também se apresentava para o autor como um obstáculo para a ampliação do espírito público e democrático do país.

Queiroz (1976), por outro lado, é mais pessimista em relação à identidade entre urbanização e democratização. Em primeiro lugar, porque ela observa que a Revolução de 1930 ocorreu graças à adesão dos velhos coronéis. Embora tenha sido um movimento heterogêneo, sua pedra de toque foi a Crise de 1929 que, ao mesmo tempo, desvalorizou o café e impediu a



manutenção da política pública de valorização do café – o que culminou no rompimento do apoio dos fazendeiros governistas ao paulista Júlio Prestes.

Nesse sentido, embora a Revolução de 1930 não tenha sido produto de uma mudança significativa na estrutura social e econômica, ela também fez parte de um processo gradual de adaptação do coronel às novas condições de vida. Além disso, mesmo que houvesse uma transformação na estrutura social agrária, a democratização do país não estaria automaticamente assegurada. Embora a industrialização, o surgimento da pequena propriedade policultora e a urbanização tenham suscitado, a partir de 1930, especialmente em São Paulo, o desaparecimento da solidariedade familiar, esta foi seguida por uma solidariedade de classe restrita às classes superiores.

Nas classes baixas, a modernização e “as possibilidades de ascensão social e de evasão da camada em que se nasceu (...) favorecem o individualismo” (Queiroz, 1976, p. 28); assim, “operários e colonos assumem atitudes de luta, que se revelam pela recusa em votar nos candidatos dos patrões, mas reúnem-se, por outro lado, a legítimos representantes do capitalismo, desde que acreditem que estes estão empenhados em defendê-los” (idem, p. 28). Fenômeno que ela acusa como “coronelismo urbano”, que tem como núcleo a demagogia dos seus partidos representantes.

Embora o fenômeno descrito pela autora não se configure exatamente como um tipo de coronelismo, mas sim como uma manifestação do clientelismo, conforme destaca Carvalho (1997), tal observação permite a Queiroz compreender que o rompimento da dependência do eleitorado em relação ao grande proprietário, bem como do mandonismo característico da estrutura agrária, não resulta necessariamente em um espírito democrático ou na consolidação da cidadania. Assim, sua teoria passa a reconhecer o eleitor não apenas como sujeito, mas também como agente social, aspecto que Queiroz desenvolve com precisão em seu célebre ensaio “*O Coronelismo numa Interpretação Sociológica*”(1976), no qual, cabe destacar, ela define a estrutura coronelista como uma forma de clientela política, ou seja, como clientelismo.

### Sobre a atualidade da discussão de Leal e Queiroz

Para analisar os limites da aplicação das teses de Leal e Queiroz ao estudo do poder local no Brasil contemporâneo, é imprescindível destacar que o coronelismo é um fenômeno político específico da Primeira República. Nesse sentido, fenômenos políticos atuais não devem ser interpretados de forma precipitada como continuidades do coronelismo. De fato, as

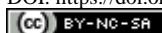


mudanças institucionais apontadas por Leal, como a criação da Justiça Eleitoral e as alterações constitucionais que favoreceram a autonomia municipal, foram eficazes na desarticulação do sistema coronelista (ou sistema governista). Nesse contexto, a eleição de 1945 pode ser considerada o marco inaugural das eleições competitivas no Brasil, pelo menos no âmbito federal (Limongi, 2012).

Além disso, deve-se destacar que a urbanização e a industrialização corroeram o mandonismo, pois como afirma Queiroz (1976), a multiplicação dos núcleos urbanos somado ao crescimento demográfico acelerado, complexificou a estrutura interna das cidades graças à ampliação de antigas instituições e ao surgimento de novas. As relações personalistas da parentela foram sendo substituídas por relações impessoais e indiferentes; o domínio das cidades escapou aos coronéis e passou a ser das instituições burocráticas (como a polícia, o poder judiciário, a prefeitura); e, mais importante, a solidariedade vertical, que unia os membros da parentela aos mesmos interesses políticos independente da classe socioeconômica, foi substituída pela solidariedade horizontal, pela “consciência de classe”, especialmente entre as classes superiores.

Embora esse processo não tenha acontecido de forma simultânea e homogênea em todas as regiões brasileiras, ao longo do tempo as instituições foram se tornando independentes. A urbanização multiplicou as possibilidades de trabalho e de serviços alienados dos mandões locais, exigindo destes formas mais sofisticadas e indiretas de domínio político - o que não foi uma grande dificuldade, pois a passagem da sociedade mandonista para a sociedade urbana se processou, também, por meio de acomodações. Assim, é pertinente observar que foi possível aos coronéis manterem seu poder econômico e político na sociedade urbana, apesar das exceções. O poder econômico se manteve de forma direta e transparente, enquanto o poder político se exerceu, principalmente, “por detrás do pano” (Queiroz, 1976, p. 210), por meio de outros atores que atuam diretamente no cenário político, como seus representantes.

O desaparecimento dos fenômenos analisados por Leal e Queiroz representa, portanto, o principal obstáculo à utilização de seus escritos para a interpretação social e política do Brasil contemporâneo. Além disso, conforme argumenta Kerbauy (2016), o desenvolvimento dos meios de comunicação, como rádio, televisão e internet, que acompanhou o processo de urbanização e industrialização do país, o surgimento dos “políticos profissionais” como resultado de mudanças institucionais implementadas no Regime Militar e o consequente rompimento do isolamento dos eleitores, impulsionaram o surgimento de novos mecanismos de mediação das relações políticas entre lideranças e eleitorado, como o clientelismo de massa,

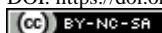


o burocratismo e o corporativismo. Estes novos fenômenos sociológicos desafiam a aplicação apressada dos instrumentos teórico-metodológicos utilizados por Leal e Queiroz na análise da política brasileira.

No entanto, a obra desses autores não pode ser considerada datada. Por um lado, concordamos com Brasil Jr. e Botelho (2016) ao afirmar que o caráter “historicamente circunscrito” dos fenômenos investigados por esses autores não diminui a importância teórica e analítica de suas obras, na medida em que as condições específicas que deram origem a esses fenômenos permitem “colocar em questão as possibilidades efetivas de suas persistência, sob formas e com intensidades variadas” (Brasil Jr.; Botelho, 2016, p. 223), especialmente se considerarmos que os desafios contemporâneos de qualquer sociedade estão ligados à sequência de seu desenvolvimento histórico. Nesse sentido, as especificidades do processo de urbanização brasileiro discutidas por Leal e Queiroz significam rugosidades históricas que interagem com as mudanças institucionais introduzidas nas últimas décadas, servindo como pontos de partida para avaliar a organização do nosso federalismo, o exercício da cidadania e as possibilidades e os sentidos da participação social na esfera política.

Por outro lado, as questões levantadas por essas obras, especialmente por “*Coronelismo, Enxada e Voto*”, ainda persistem na literatura sociológica, o que demonstra sua relevância para a compreensão do poder local. De maneira geral, os artigos analisados carecem de pesquisas empíricas sobre a dinâmica do poder político em nível municipal, o que se explica pela suposição de que as interpretações sobre esse tema formuladas no início do século XX seriam suficientes para explicar “a política local e o padrão de relação intergovernamentais entre municípios, estados e o governo federal” (Santos, 2013, p. 6). Em contrapartida, tem-se apontado a necessidade de estudos que reavaliem empiricamente a problemática discutida por Leal, considerando as mudanças estruturais e institucionais ocorridas ao longo dos últimos anos.

Boa parte das análises empíricas recentes sobre o poder municipal sugerem a persistência do clientelismo no vínculo entre lideranças e eleitores, especialmente nos pequenos municípios (Borges, 2010; Braga *et al.*, 2013; Dombrowski, 2008; Lopez; Almeida, 2016), mas, ao mesmo tempo, é amplamente reconhecido pelos autores que essa dinâmica não é sinônimo de coronelismo. A partir desses diagnósticos, é possível afirmar que as questões levantadas por Queiroz em “*Coronelismo numa interpretação sociológica*” (1976) podem, no mínimo, inspirar uma ampliação dessa discussão, com o objetivo de desenvolver uma antropologia política voltada para a explicação sociológica da estrutura das relações clientelísticas nos municípios



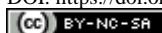
brasileiros. Isso se daria por meio da investigação da trajetória política das lideranças locais, dos elementos que contribuem para a manutenção das oligarquias políticas locais, dos significados atribuídos pelo eleitorado ao voto e também dos elementos normativos, assim como dos agentes e das instituições que operam na mediação entre as elites políticas e o eleitorado.

Mais importante do que isso, podemos extrair pelo menos duas hipóteses epistemológicas dos estudos supracitados. A primeira, que caracteriza a singularidade de “*Coronelismo, Enxada e Voto*”, é que as problemáticas da política local surgem a partir das mediações entre os níveis municipal, estadual e federal do poder político e, portanto, devem ser analisadas como pontos de intersecção entre o todo e o local, e não como idiossincrasias fatalistas de um ou outro município. A segunda questão, que se torna mais clara com as contribuições de Queiroz à discussão ao esclarecer quais agentes foram beneficiados com o governismo da Primeira República, ou seja, os latifundiários paulistas, é que as questões do poder local são (re)produzidas historicamente por meio da ação do Estado. Dessa forma, elas precisam ser discutidas também como produtos da relação entre a estrutura social e as decisões políticas formais, em nível municipal, estadual e federal.

Nesse sentido, se o clientelismo persiste enquanto instrumento de ligação entre lideranças e eleitorado, impõe-se questionar tanto os sentidos normativos que o voto assume para o eleitorado nas sociedades capitalistas modernas quanto a caracterização sociológica dos grupos que deliberam e se beneficiam politicamente pela reprodução das estruturas sociais basilares das relações clientelísticas.

### **Considerações finais**

Em suma, a presente pesquisa observou que Maria Isaura Pereira de Queiroz, ao discutir o mandonismo na vida política brasileira, reitera uma série de avaliações realizadas por Victor Nunes Leal, especialmente no que tange à Primeira República. No entanto, ela diverge com o autor em relação à potência do poder privado dos latifundiários sobre o poder público, na medida em que, para ela, estes conviveram em conflito a partir de determinado momento da história colonial. Porém, o primeiro sempre se reafirmou como o mais forte, diferente do que conclui Leal, para quem o enfraquecimento das câmaras municipais é tomado como fraqueza do poder privado. O que fica evidente com a contribuição de Queiroz ao pensamento de Leal é que os interesses políticos dos fazendeiros das regiões mais prósperas testemunharam seu



próprio poder tanto em relação aos latifundiários de regiões decadentes economicamente quanto em relação ao poder central, seja da Metrópole, seja do Imperador. Na República Velha, o enfraquecimento dos municípios foi provocado justamente para manter o poder político nas mãos dos coronéis paulistas, naquele momento os mais prósperos do Brasil, dada a importância econômica do café no mercado global.

A avaliação das obras de Victor Nunes Leal e Maria Isaura Pereira de Queiroz sobre o poder local, assim como dos estudos mais recentes sobre o tema, demonstrou que a atualidade dessas obras está menos na possibilidade de reciclagem dos conceitos de “coronelismo” e “mandonismo” para a retomada dessa agenda de pesquisas do que na sofisticação teórico-metodológica que esses autores empregaram na construção e utilização desses conceitos. Isso porque eles superam polarizações analíticas como “Brasil real” e “Brasil legal”, “tradição” e “modernidade” ou “ordem privada” e “ordem pública” (Carvalho, 1980; Botelho, 2007), entre outras que, em síntese, expressam uma suposta dualidade entre sociedade e Estado. A perspectiva da totalidade observada nesses estudos, que se traduz no reconhecimento de uma interdependência mútua entre os arranjos institucionais-legais e as estruturas sociais presentes no núcleo do coronelismo, informa caminhos profícuos para a investigação dos fenômenos políticos locais da Nova República.

Para finalizar, cabe ressaltar os limites da pesquisa empreendida, dentre tantos talvez o mais importante seja o fato de que a revisão bibliográfica foi selecionada a partir de determinadas palavras-chave, o que potencialmente exclui indeterminado número de trabalhos sobre a discussão do poder local que poderiam responder às lacunas da literatura acima mencionadas.

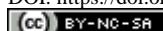
Além disso, considerando que o objetivo principal desta pesquisa foi buscar questões orientadoras para a realização de estudos empíricos sobre o poder local nos municípios interioranos, nossa discussão não esgota as possibilidades dos trabalhos de Leal e Queiroz para o exame de problemáticas de valor heurístico, como a formação da cidadania brasileira, a constituição de desigualdades de poder entre as diferentes regiões do país, bem como a adequação dos modelos políticos institucionais à cultura política nacional, além de outras questões de interesse estritamente histórico.

**AGRADECIMENTOS:** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.



## REFERÊNCIAS

- BORGES, André. Federalismo, dinâmica eleitoral e políticas públicas no Brasil: uma tipologia e algumas hipóteses. **Sociologias**, v. 12, n. 24, p. 120-157, 2010.
- BOTELHO, André; CARVALHO, Lucas C. A sociedade em movimento: dimensões da mudança na sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz. **Soc. Estado**, v. 26, n. 2, p. 209-238, 2011.
- BOTELHO, André. Seqüências de uma sociologia política brasileira. **Dados**, v. 50, n. 1, p. 49-82, 2007.
- BRAGA, Sérgio; NICOLÁS, Maria A.; BECHER, André R. Clientelismo, internet e voto: personalismo e transferência de recursos nas campanhas online para vereador nas eleições de outubro de 2008 no Brasil. **Opin. Pública**, v. 19, n. 1, p. 168-197, 2013.
- BRASIL JR, Antonio; BOTELHO, André. PASSAGENS DO RURAL AO URBANO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: a sociologia política brasileira dos anos 60. **Cad. CRH**, v. 29, n. 77, p. 209-227, 2016.
- CARVALHO, José M. de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**, v. 40, n. 2, 1997.
- DOMBROWSKI, Osmir. Poder local, hegemonia e disputa: os conselhos municipais em pequenos municípios do interior. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 16, n. 30, p. 269-281, 2008.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LIMONGI, Fernando. Eleições e democracia no Brasil: Victor Nunes Leal e a transição de 1945. **Dados**, v. 55, n. 1, p. 37-69, 2012.
- LOPEZ, Felix G. A política cotidiana dos vereadores e as relações entre executivo e legislativo em âmbito municipal: o caso do município de Araruama. **Rev. Sociol. Polit.**, n. 22, p. 153-177, 2004.
- LOPEZ, Felix; ALMEIDA, Acir. Legisladores, captadores e assistencialistas: a representação política no nível local. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 25, n. 62, p. 157-181, 2017.
- KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **A morte dos coronéis**: política e poder local. São Paulo: Appris, 2016.
- MARINO, Rafael; PEREIRA, Daniela C. de A. Victor Nunes Leal, a ciência política e as linhagens do pensamento político brasileiro. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, n. 31, p. 161-200, 2020.
- OTTMANN, Goetz. Cidadania mediada: processos de democratização da política municipal no Brasil. **Novos estud. - CEBRAP**, n. 74, p. 155-175, 2006.



QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaios.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SANTOS, André M. dos. Topografia do Brasil profundo: votos, cargos e alinhamentos nos municípios brasileiros. **Opin. Publica**, v. 19, n. 1, p. 01-20, 2013.

**Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.**  
Revisão, formatação, normalização e tradução.

